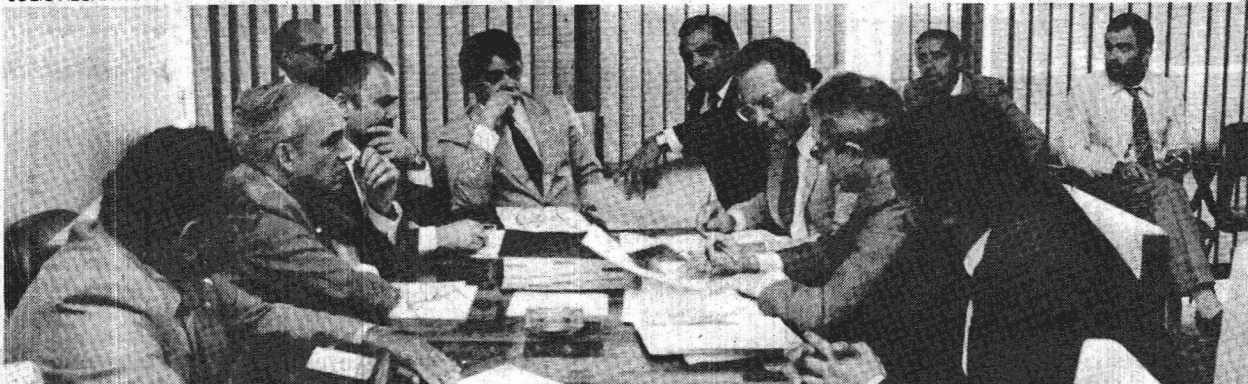


Leão leva o Congresso a reter pagamento

JULIO ALCANTARA



Líderes não chegaram a consenso sobre o IR, deixando a solução para reunião marcada para novembro

O pagamento de outubro do subsídio dos deputados e senadores está retido. E que eles receberam, no início do mês, cerca de Cz\$1 milhão 850 mil de ajuda-transporte e de verba de gabinete e o subsídio — aproximadamente Cz\$ 600 mil — tem de ser usado para descontar o Imposto de Renda na Fonte.

Ambas as Casas estão procurando uma fórmula para resolver a situação dos parlamentares, alguns dos quais estão solicitando adiantamentos ou empréstimos especiais, mas ainda não a encontraram. O pior é que o subsídio é insuficiente para pagar o Imposto de Renda da maioria dos parlamentares.

DESESPERO

A sessão matutina do Congresso, ontem, foi dominada pela questão dos subsídios. Alguns parlamentares estavam profundamente irritados com os líderes, especialmente com o PT e o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que se opuseram a um reajuste imediato. Passarinho exigiu que todos estivessem de acordo e que a solução dada fosse transparente, sem qualquer auxílio camuflado.

Alguns parlamentares tentaram votar o projeto elaborado pela assessoria, de acordo com o qual o total percebido hoje (incluindo todos os auxílios) seria dividido em duas partes: 60% como subsídio e 40% como verba de representa-

ção. A tentativa, porém, foi inútil porque não havia quorum e alguns parlamentares estavam dispostos a solicitar verificação.

A suspensão do pagamento do subsídio é que pode solucionar a questão, pois se espera que, prejudicados, os parlamentares compareçam para votação. Outros, como o deputado Afif Domingos (PL-SP), que há tempos vêm denunciando a extorsão do Imposto de Renda, acham que a solução dos parlamentares está na revisão total da legislação tributária. Afif manteve ontem vários contatos neste sentido.

POSICIONAMENTO

O líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PE), advertiu, da tribuna, que em nenhum momento os parlamentares tentaram burlar a legislação do Imposto de Renda e estão dispostos a pagá-lo para “dar o bom exemplo”. Ressaltou que a fórmula proposta “não aumentará um centavo dos parlamentares” e que não acredita em sua votação este ano por falta de quorum.

Criticado por alguns companheiros, pois tem exigido a aplicação do art. 47 da nova Constituição, que exige a presença da maioria absoluta para votação, o deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), manifestou-se a favor da apreciação do reajuste dos

vencimentos dos parlamentares.

“Creio que homens honestos têm de ganhar aqui como ganham os ministros, os generais, os juizes, o presidente da República ou viveríamos de quê? Mas não é isto que está em jogo. Lamento que, quando da feitura da Constituição, por falsos pruridos, não se tenha decidido esse problema. Mas não vamos chorar sobre o que passou. Há erros que devem ser corrigidos e vamos fazê-lo” — observou.

Após o líder do PMDB na Câmara, deputado Generaldo Correa (BA) ter apoiado a retirada da Ordem do Dia da proposta dos subsídios, o deputado Gerson Peres (PDS-PA) disse que, “por incompetência ou por covardia”, os parlamentares não resolveram a questão dos vencimentos durante a votação da Constituição, que deu inúmeras vantagens a vários segmentos.

“Os parlamentares friso — são assalariados e uma grande maioria que aqui faz política vive destes salários e não temos do que nos envergonhar. Estamos discutindo uma redução violenta dos nossos salários, cerca de Cz\$ 800 mil, que muito nos atingirá. Quem, da noite para o dia, gostaria de ver seu salário assim reduzido? Ninguém. Não será fácil, a curto prazo, encontrar soluções. Paguemos, então, o preço da nossa incompetência e covardia”.